



## **CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES**

Fundada em 28/8/83

---

### **A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT**

Vem por meio desta nota pública, repudiar a tentativa de violação dos direitos humanos e fundamentais de nossos povos indígenas no Brasil e aos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.

A CUT coerente com sua luta pela autodeterminação dos povos e a defesa dos direitos humanos, participou ativamente com as emendas de iniciativa popular garantindo os direitos indígenas e dos trabalhadores presentes na constituição federal de 1988. A CF completa 25 anos sem que nenhum governante, nem o congresso nacional ousasse mexer nesses direitos. Segundo, o Brasil é signatário de tratados UNU e da convenção 169 da OIT que tratam dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos indígenas e tradicionais.

Qual nossa surpresa no ano da comemoração dos 25 anos da Constituição Federal o governo tenta com apoio da bancada ruralista no Congresso Nacional um grande ataque ao pautar a PEC 215/00.

O papel da bancada ruralista no Congresso Nacional (DEM, PSDB, PPS, PMDB e PP, principalmente) é legitimar os interesses das transnacionais do agronegócio (sementes, agrotóxicos, adubos, máquinas agrícolas). O que não é admissível é o Governo Federal bancar esse atentado contra o direito territorial dos indígenas, quilombolas e populações tradicionais brasileiras.

A instalação da aprovação da PEC 215/00, PEC 237/13 e PLP 227/12 impõem a anulação dos direitos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, extinção das unidades de conservação, além da expansão dos latifúndios.

A PEC 215 transfere a competência da demarcação das terras indígenas, quilombolas e populações tradicionais do Poder Executivo para o Congresso Nacional. Tal medida visa esvaziar a FUNAI, INCRA e ICMBIO além de paralisar as demarcações, expropriar os territórios já demarcados dos indígenas, quilombolas e populações tradicionais e unidades de conservação.

A PEC 237 visa o arrendamento das terras indígenas para a criação de bois e plantio de soja, resultando em mais desmatamentos, poluição de águas/nascentes e o fim da biodiversidade brasileira. A população tradicional vem sendo sistematicamente despejadas dos seus territórios para a periferia das cidades brasileiras.

O PLP 227 visa caracterizar como de relevante interesse público da União a expropriação dos territórios indígenas, quilombolas e das populações tradicionais, para implantação de hidrelétricas, rodovias, hidrovias, ferrovias, bases militares, gasodutos, atividades de mineração e agropecuárias etc., consideradas como importantes para o crescimento da economia.

Por fim, a CUT defende os termos decreto 1775/96 que trata dos procedimentos, como consulta previa aos interessados para efeito de demarcação das terras indígenas, remanescentes de quilombos e populações tradicionais.

Declaramos todo apoio a semana de mobilização em defesa dos direitos indígenas presentes na Constituição Federal que ocorre em Brasília de 30 setembro a 05 de outubro de 2013.

São Paulo 02 de outubro de 2013

---

Rua Caetano Pinto, 575 - CEP: 03041-000 - Brás - São Paulo - SP

Tel.: (011) 2108 - 9200 - Fax (011) 2108-9310

E-mail: [cut@cut.org.br](mailto:cut@cut.org.br) - Homepage: <http://www.cut.org.br>.

SCS – Quadra 1, Bloco I, Ed. Central, 6º andar – Brasília - DF

(061) 3105-4000